

# PERFIL SÓCIO-OCUPACIONAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE BRASILEIRO

*the social and occupational profile in metropolitan areas of northeast/Brazil*

Luís Abel da Silva Filho \*  
Maria do Livramento Miranda Clementino \*\*

## Resumo

A retomada do crescimento econômico brasileiro tem proporcionado ao mercado de trabalho sinais de recuperação a partir do final de 2003. Há relativo consenso na literatura acerca do perfil dos postos de trabalho dos anos 2000 e sua notável semelhança com aqueles da última década do século XX. Destarte, objetiva-se observar a classificação dos ocupados segundo a categoria sócio-ocupacional. Metodologicamente utiliza-se uma revisão de literatura acerca do desempenho do mercado de trabalho diante do capitalismo global e, além disso, adota-se como ferramenta de análise empírica, a metodologia de construção das categorias sócio-ocupacionais desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles. O recorte geográfico delimitado por essa pesquisa são as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, como recorte temporal, tem-se os anos de 2001 e 2008. Os resultados empíricos propõem discriminação no mercado de trabalho nas três RMs, haja vista que há maior concentração de ocupados masculinos exercendo as melhores profissões, na condição de Dirigentes, Pequenos Empregadores e Ocupações Médias. Os ocupados de raça/cor branca são maioria absoluta nas melhores categorias, enquanto os não brancos e as mulheres tendem a aglomerar-se nas categorias mais vulneráveis e de remunerações significativamente inferiores.

**Palavras-chaves:** Regiões Metropolitanas, Categorias Sócio-ocupacionais, Mercado de Trabalho.

## Abstract

The resumption of Brazilian economic growth has provided the labor market showing signs of recovery from the end of 2003. There is some consensus in the literature Regarding the profile of jobs in the 2000s and Its Remarkable Similarity to those of the last decade of the twentieth century Thus, the objective is to observe the classification of the employed according to socio-occupational category. Methodologically it is used a literature review about the performance of the labor market before global capitalism and, moreover, is adopted as a tool for empirical analysis, the construction methodology of socio-occupational categories developed by the Centre of the Metropolis. The geographic delimited by this research are the metropolitan areas of Fortaleza, Recife and Salvador, as a time, there are the years 2001 and 2008. The empirical results suggest discrimination in the labor market in the three metropolitan areas, given that there is a greater concentration of employed men performing the best professions, provided Executives, Small Medium Employers and Occupations. The busy race / white majority are in the best category, while non-whites and women tend to cluster on the most vulnerable and pay significantly less.

**Key words:** Metropolitan areas, Socio-occupational category, Labour Market.

## Resumen

El retorno del crecimiento económico brasileño há ofrecido en el mercado laboral muestra signos de recuperación desde finales de 2003. Existe relativo consenso en la literatura sobre el perfil de los puesto de trabajo en 2000 y su notable parecido con los de la última década del siglo XX. Así, el objetivo es observar la clasificación de los ocupados según categoría socio-profesional. Metodología utilizada es una revisión de la literatura sobre el desempeño del mercado de trabajo antes de que el capitalismo global y, además, es adoptado como una herramienta para el análisis empírico, la metodología para la construcción de categorías socio-profesionales desarrollado por el Observatório de las metrôpolis. El esquema de esta investigación geográfica definida son las áreas metropolitanas de Fortaleza, Recife y Salvador, como marco de tiempo, no son los años 2001 y 2008. Los resultados empírico sugieren que la discriminación en el mercado de trabajo en las tres áreas metropolitanas, ya que hay una mayor concentración de los hombres ocupados dando los mejores profesionales en la condición de Administración, los empleadores Pequeña Mediana y ocupaciones. La carrera de ocupado mayoría blanca se encuentran en las mayores categorías, mientras que los no blancos y las mujeres tienden a concentrarse en las ganancias más vulnerables y reducir de manera significativa.

**Palabras clave:** Areas metropolitanas, Categorías socio-profesionales, Mercado de trabajo.

(\*) Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Universitário Lagoa Nova S/N, Departamento de Políticas Públicas, CEP: 59072-970, Natal (RN), Brasil - Tel : (+55 84) 32153836 - abeleconomia@hotmail.com

(\*\*) Bolsista Produtividade do CNPq e Professora Titular do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Universitário Lagoa Nova S/N, Departamento de Políticas Públicas, CEP: 59072-970, Natal (RN), Brasil. Tel : (+55 84) 32153836 - clement@ufnet.br

## INTRODUÇÃO

As políticas econômicas brasileiras dos anos de 1990 e seus desdobramentos acentuaram os problemas existentes na “década perdida” e fixaram regras que determinaram as relações econômicas do país e acentuaram a internacionalização da economia já evidenciada no final da década de 1980. Esses agravantes permitiram o aprofundamento de ações substantivas do sistema capitalista e seu poder de domínio no país foi consolidado. As políticas neoliberais daqueles anos nortearam o que seriam as relações econômicas de mercado.

A desregulamentação da economia e as ações das forças de mercado implantaram forças determinísticas que, por toda a década de 1990, orientaram o comportamento do mercado e as relações de trabalho no bojo da mundialização. O poder das livres ações do sistema capitalista, a livre mobilidade dos capitais, seja ele financeiro, seja produtivo, perpassaram aos limites impostos pelo Estado e se transformaram no dogmatismo da economia contemporânea.

Diante da globalização econômica, financeira, cultural, dentre outras expressões, assistiu-se ao aprofundamento dos problemas de ordem social na economia brasileira e, no mercado de trabalho nacional, à forte tendência que já se via de imediato com a reestruturação produtiva que se manifestava. O desemprego crescente, as novas formas de contratação e o perfil dos novos postos de trabalho foram notadamente as observações mais comuns da nova ordem econômica.

A trajetória do mercado de trabalho da última década do século XX talvez não tenha apenas marcado uma época, mas norteadado o desempenho dele e proposto o que seria o mundo do trabalho, principalmente nos países em desenvolvimento. Embora nos anos 2000, sobretudo a partir de 2003, possa se notificar melhor desempenho do mercado de trabalho, atrelado ao melhor desempenho da economia do país, os postos de trabalho criados apresentam fortes características do observado na década anterior.

Destarte, é pretensão deste artigo investigar o mercado de trabalho nos anos 2000, notadamente do ano de 2001 em comparação ao de 2008, observando-se as regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro. Para tanto, utilizam-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) com recorte geográfico referente às RMs de Fortaleza, Recife e Salvador. Nesta investigação, observam-se os ocupados por categoria sócio-ocupacional, com base em estudo desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles para todas as RMs do país.

Para atender aos objetivos propostos pelo estudo, o artigo está assim estruturado: além dessa introdução, na segunda seção, recorre-se a literatura para acompanhar o desempenho do mercado de trabalho levando-se em consideração as características sociais e demográficas dos ocupados; em seguida, recorre-se também à literatura que observa a dinâmica do mercado de trabalho nacional e nordestino nos anos 2000; na quarta seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados pelo observatório das metrôpoles e replicados nesse estudo para a construção das categorias sócio-ocupacionais; na quinta seção, mostram-se os resultados da pesquisa no recorte geográfico selecionado; e, por último, fazem-se as algumas considerações finais.

## GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO

Diante do processo de globalização econômica mundial testemunharam-se a várias transformações no processo de desenvolvimento das relações da produção e do trabalho. A internacionalização da economia levada pela busca de novos mercados e de insumos mais baratos, dentre estes a mão-de-obra, marcou acentuadamente o movimento dos capitais produtivos por todo o mundo. Os países em desenvolvimento abrigaram investimentos externos de grande magnitude facilitando a entronização desses recursos e o seu desdobramento para a consolidação dessa forças produtivas (BECK, 1999).

Esse processo, observado em escala mundial, delimitou os novos rumos da produção e das relações de trabalho, notadamente nos países em desenvolvimento. A reestruturação produtiva



mundial ocasionou modificações substanciais no mercado de trabalho brasileiro. A terceirização da produção alterou profundamente o perfil dos postos de trabalho e da mão-de-obra contratada no país (KON, 1997). Nesse processo, vieram à tona as novas formas de contratação e seus impactos para o mundo do trabalho.

Conforme atesta Ramos (2002), o desemprego estrutural foi constatado com intensidade nunca vista. A dinâmica da produção transferiu-se da indústria para os serviços proporcionando maior flexibilidade para as ações do sistema em detrimento da proteção do mercado de trabalho. Conforme Silva (2009), o setor de serviços apresentou elevada dimensão na formação do PIB nacional. Porém, nesse segmento se destacaram os postos de trabalho com as características mais precárias, dadas pelo contrato em tempo parcial, informalidade e flexibilidade do trabalho nesse segmento, mais acentuadamente que nos demais.

Além disso, o mercado de trabalho tem demonstrado características mais predatórias com a discriminação da mão-de-obra, seja por sexo, cor, idade, seja por região de atuação dos capitais produtivos. Em estudos anteriormente realizados (FUNKHOUSER, 1996; e MARCOULLIER et al, 1997) tem-se observado que a informalidade gera maior impacto para mulheres, para os não brancos e para aqueles com idade avançada, ou muito jovem, além de provocar um gap acentuadamente elevado entre esses e os formalmente contratados. Nessas investigações, os resultados mostraram-se semelhantes para toda a América latina dos anos de 1990.

Hirata (2009) observou que as mulheres têm encontrado maior resistência no mercado de trabalho, embora, normalmente ocupem postos de trabalhos com maior grau de vulnerabilidade e, normalmente, são muito poucas as que ocupam cargos de elevada projeção social, o que denota a discriminação por sexo no mercado de trabalho. Notou-se ainda que a informalidade as atingiu substancialmente em detrimento da mão-de-obra masculina.

A discriminação por raça/cor foi observada por Ozório de Almeida et al (1995), notificando-se assim, que, além dos problemas inerentes ao avanço das forças produtivas para o subdesenvolvimento, nesses espaços ainda se assiste a outras formas de predação dos direitos e da integridade do trabalhador, a qual se manifesta de várias formas no mercado de trabalho. Dessa modo, as ações de mercado reiteram as ações do homem para massificar a integridade da mão-de-obra vulnerável às ações do sistema capitalista.

Além disso, Márquez e Pages (1998), Freije (2001) e Corbacho, (2002) observaram que a idade dos ocupados funciona como determinante dos benefícios no mercado de trabalho desregulado na América latina. Com isso, há maior vulnerabilidade para os contratados idosos e para aqueles jovens ingressantes na força de trabalho, sobretudo, por serem estes mais propensos a atuar na informalidade. Ante tal conjuntura, esse estudo vai poder constatar se há relação do observado na literatura com os resultados empíricos registrados para as RMs do Nordeste.

Ainda nesse trabalho serão apresentados resultados empíricos que permitirão responder algumas dessas indagações.

## MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DOS ANOS 2000

Os anos iniciais da primeira década do século XXI vieram marcados por fortes vestígios dos anos pretéritos tanto em suas características no cenário econômico quanto no mercado de trabalho. Em âmbito interno, a baixa taxa de crescimento do produto, a crise do setor energético e a incerteza quanto ao futuro do país no início do século dominaram as perspectivas da população. No que concerne ao cenário internacional, a crise da Argentina e os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos colocaram a América latina e o mundo em alerta.

Na política nacional o ano de 2002 registra o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso e a ascensão do governo de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, à presidência da república. A insegurança quanto ao futuro da economia brasileira foi destaque naqueles anos iniciais do governo. Inicialmente, políticas monetárias e fiscais restritivas mantiveram a inflação controlada. Na política



econômica internacional, registrou-se redução das importações com elevação das exportações, o que permitiu o aquecimento do mercado de trabalho.

Conforme Dedecca e Rosandisk (2006), a partir de 2003 notou-se melhor desempenho do Produto Interno Bruto e melhor dinamismo do mercado de trabalho nacional. Contudo, Bastos (2010) atesta que os resultados no mercado de trabalho foram observados com mais intensidade a partir de 2004. Destaque-se, portanto, que esse desempenho do mercado de trabalho esteve ligado ao melhor desempenho da dinâmica econômica nacional verificada com a recuperação dos saldos na balança comercial do país.

No ano de 2004 foram registrados mais de 1,5 milhões de novos postos de trabalho no Brasil (REMY, QUEIROZ e SILVA FILHO, 2010). O aquecimento da economia mundial e a participação da economia brasileira na comercialização externa permitiram esse desempenho satisfatório do mercado de trabalho. Como interpretou Bastos (2010), nesse ano, reduziu-se acentuadamente a taxa de desemprego aberto nas metrópoles brasileiras, revertendo-se a tendência observada em anos pretéritos.

Destaque-se, portanto, que os postos de trabalhos criados ao longo dos anos 2000 têm apresentado características semelhantes ao observado nos anos de 1990. Conforme Cintra (2005), a qualidade dos postos de trabalho não permitiu assegurar melhores oportunidades aos ocupados. Nesse sentido, o bom desempenho da economia brasileira não tem proporcionado melhor desempenho para a classe trabalhadora.

Os empregos criados reproduziram-se em condições de baixos salários e com maior participação de ocupados com rendimentos inferiores a dois salários mínimos em todo o país. Remy, Queiroz e Silva Filho (2010) observaram o perfil dos postos de trabalhos nos anos 2000 e constataram evolução na escolaridade dos contratados, as quais detinham melhor nível de educação formal. Por outro lado, os autores observaram o saldo de vagas maior para postos de trabalho com remuneração de até dois salários mínimos.

Na região Nordeste, Silva Filho e Queiroz (2010) registraram a criação de postos de trabalho sob condições mais precárias que o observado para todo o país. Nessa região, além da elevada rotatividade da mão-de-obra, constatou-se ainda a criação líquida de empregos formais para uma mão-de-obra com melhor nível de escolaridade e com redução do salário médio ao longo dos anos comparados. Resultado semelhante foi observado por Santos e Moreira (2006) no setor de serviços.

Silva Filho et al (2011) mostram o perfil do emprego formal das Regiões Metropolitanas de Salvador e de Fortaleza no ano de 1997 e 2007, e perceberam deterioração nos postos de trabalho, constatando-se elevação da rotatividade nos postos de trabalho em comparação do primeiro com o último ano. Além disso, elevou-se o percentual dos ocupados que auferiam rendimentos de até dois salários mínimos, mesmo diante de um quadro de melhora no nível educacional dos ocupados.

Tais observações permitem constatar que os postos de trabalhos criados ao longo dos anos 2000 têm reproduzido e acentuado as características observadas na década anterior. Os resultados apontam para o desempenho da economia brasileira, sem, no entanto, melhorarem as características dos postos de trabalhos criados, ainda que se criem postos de trabalhos formais em números superiores aos observados no final do século (SILVA FILHO, 2011).

Assim, a seção seguinte busca apresentar os procedimentos metodológicos da pesquisa, dando ênfase ao processo de formação das categorias sócio-ocupacionais para em seguida proceder ao recorte geográfico desse estudo.

## CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS E ABSORÇÃO DE OCUPADOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE FORTALEZA, RECIFE E SALVADOR - 2001/2008

Para analisar a absorção, por categoria dos ocupados metropolitanos, foi necessária a construção de categorias sócio-ocupacionais a partir da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. A construção das categorias privilegiou a aglomeração de ocupação pelo critério da semelhança



observada nelas. Finalizada a construção das categorias, esse artigo busca ainda avaliar o mercado de trabalho das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, a partir da participação de ocupados por cada categoria sócio-ocupacional, comparando as estruturas dos mercados de trabalho.

### *Procedimentos metodológicos da pesquisa*

A construção das categorias sócio-ocupacionais (CATs) segue uma metodologia construída pelo Observatório das Metrôpoles. Inicialmente, fizeram-se necessárias algumas adaptações da classificação ocupacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2001, à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002 a 2008, procurado-se tornar a classificação compatível a um estudo comparado do período de 2001 com o ano de 2008. Nesse sentido, foram reagrupadas algumas famílias ocupacionais.

Vem a propósito destacar, também, algumas adaptações feitas para a compatibilização, a partir da mudança de códigos da atividade principal no ano de 2001 para adequá-la aos demais anos. Nesse sentido, o Observatório das Metrôpoles utilizou algumas variáveis fundamentais para a construção das CATs, tornando-se indispensáveis algumas reformulações para a possível comparação entre elas no decorrer dos anos analisados.

Para a padronização das variáveis e a construção das CATs, objetivando a comparação entre os anos citados, foram feitas algumas adaptações seguintes nas variáveis-base.

Na construção das Categorias Sócio-ocupacionais deste estudo na PNAD, para os anos de 2001 a 2008, foram utilizadas algumas variáveis-chave. Dentre essas variáveis, o Observatório das Metrôpoles destaca aquelas que apresentam informações acerca da ocupação das pessoas na semana de referência, a atividade econômica principal exercida, posição das pessoas na ocupação, setor de atividade econômica em que as pessoas estão ocupadas, idade da pessoa ocupada, escolaridade do ocupado em anos de estudo, renda e área censitária, nesse caso, para as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

Para fins da comparação das variáveis entre os anos estudados, deve-se acrescentar que elas “apresentaram mudanças ao longo dos anos estudados, tanto no aspecto temático e conceitual quanto no aspecto de sua codificação” (Observatório das Metrôpoles). Nesse caso, ocorreu uma padronização dessas variáveis desenvolvidas pelo Observatório das Metrôpoles, para que se permitisse fazer uma comparação ao longo dos anos, sem se perder o significado da análise.

Diante das informações acrescentadas ao estudo, faz-se necessário descrever o processo pelo qual se construíram as categorias.

### *Construções das categorias sócio-ocupacionais*

As categorias sócio-ocupacionais são ordenadas em 24 grupos que compõem todas as ocupações identificadas na PNAD. Para este estudo, o Observatório das Metrôpoles reagrupou essas 24 categorias em 8 grupos sócio-ocupacionais, seguindo o critério de semelhança entre as profissões exercidas nessas categorias. A partir do exposto, o Observatório das Metrôpoles assim as discriminou:

**Dirigentes:** são os empregadores (acima de 10) dirigentes do setor público e do setor privado. No caso dos dirigentes do setor público, a escolha foi realizada entre os que possuíam remuneração igual ou superior a 20 salários mínimos e que exerciam suas atividades em ocupações de direção. A mesma denominação foi utilizada para dirigentes do setor privado, com remuneração igual ou superior a 20 salários mínimos.

A categoria de pequenos empregadores é formada, tão somente, pelos empresários que declararam possuir até 10 empregados em qualquer setor de atividade econômica.

A categoria de Profissionais de Nível Superior é composta por Profissionais Autônomos de Nível Superior, Profissionais Empregados de Nível Superior, Profissionais Estatutários de Nível Superior e Professores de Nível Superior. Nesse caso, o Observatório das Metrôpoles ainda fez alguns recortes na sua classificação.



Assim, os profissionais autônomos de nível superior, devem exercer sua profissão em atividade que exija nível superior e trabalhar por conta própria em sua atividade. No que se refere aos empregados de nível superior, além das exigências mencionadas, o ocupado deve exercer sua atividade na condição de empregado com ou sem carteira de trabalho assinada.

Na categoria dos profissionais estatutários de nível superior agruparam-se aqueles que exercem sua ocupação na forma de funcionário público e com rendimentos inferiores a 20 salários mínimos. Os Professores de Nível Superior ficaram sendo somente aqueles que exercem suas atividades como docentes e possuem nível superior para tal exercício.

Na categoria de Ocupações Médias incluem-se as seguintes profissões:

Ocupações em Escritórios – atividades desenvolvidas em escritório, sem que o ocupado possua função de gerência.

Ocupações de Supervisão – preenchida por aqueles que exercem função de supervisor e de administrador e que tenham rendimentos inferiores a 20 salários mínimos, independente de terem ou não carteira de trabalho assinada.

Ocupações Técnicas – exercida por quem possua habilitação legal, a saber, o curso técnico.

Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios – atividades públicas desenvolvidas sem necessidades de habilitação superior para o seu exercício. O Observatório das Metrôpoles destaca que o exercício em atividades militares se inclui nesse grupo se, e somente se, o profissional dessa categoria não tiver nível superior de formação.

Ocupações Artísticas e Similares – exercida por quem se relaciona profissionalmente com as artes, os esportes e a religião. O Observatório acrescenta que, em alguns casos, fez-se ainda filtro em relação à ocupação para os que trabalham por conta-própria.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário estão aqueles que exercem suas atividades no comércio, de modo formal ou informal, e aqueles prestadores de serviços especializados. Nesse último caso, há exigência de qualificação específica para a execução da atividade. Não houve especificação de escolaridade para esta classificação.

Na categoria de Trabalhadores do Secundário estão aqueles que desenvolvem suas atividades na indústria, moderna ou tradicional, operários de serviços auxiliares e trabalhadores da construção civil.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário Não-Especializado figuram aqueles que trabalham no setor de serviços não especializados, tais como domésticos, ambulantes e biscateiros. Não há para eles exigência de qualificação específica e nem de escolaridade. Destaque-se ainda que, os ambulantes e biscateiros não possuem qualquer vínculo de proteção social no trabalho.

A categoria de Agricultores compreende somente aqueles que declararam exercer manualmente suas atividades na agricultura.

A descrição do Quadro 1 apresenta a síntese das oito categorias, que resultaram do agrupamento feito pelo Observatório das Metrôpoles em respeito para o estudo para o estudo.

Graças à descrição, os dados foram tabulados para a análise do contexto sócio-ocupacional metropolitano das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador.

A análise considera como trabalhadores protegidos no trabalho aqueles que tinham vínculos com institutos de previdência proveniente do trabalho. Assim, são protegidos no trabalho os trabalhadores com carteira assinada, os militares, os estatutários e os empregadores com mais de 10 empregados e com previdência. Também se classificou a raça/cor como brancos e não brancos, sendo que os não brancos são compostos por pretos, pardos e amarelos.

Quadro 1: Categorias Sócio-ocupacionais

Dirigentes	Grandes Empregadores
	Dirigentes do Setor Público
	Dirigentes do Setor Privado
Profissionais	Profissionais Autônomos de Nível Superior
	Profissionais Empregados de Nível Superior
	Profissionais Estatutários de Nível Superior
	Professores de Nível Superior
Pequenos empregadores	Pequenos Empregadores
Ocupações médias	Ocupações de Escritório
	Ocupações de Supervisão
	Ocupações Técnicas
	Ocupações Médias da Saúde e Educação
	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios
Trabalhadores do terciário	Ocupações Artísticas e Similares
	Trabalhadores do Comércio
	Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do secundário	Trabalhadores da Indústria Moderna
	Trabalhadores da Indústria Tradicional
	Operários dos Serviços Auxiliares
	Operários da Construção Civil
Trabalhadores do terciário não-especializado	Prestadores de Serviços Não Especializados
	Trabalhadores Domésticos
	Ambulantes e Biscateiros
Agricultores	Agricultores

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

A partir da exposição dos procedimentos metodológicos, a seção que se segue procura classificar os ocupados nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, segundo a classificação adotada.

### POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA SÓCIO-OCUPACIONAL SEGUNDO O ANO DE REFERÊNCIA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE FORTALEZA, RECIFE E SALVADOR - 2001-2008

Na distribuição dos trabalhadores em classes sócio-ocupacionais, é de grande relevância destacar a participação de cada categoria, conforme apresentado no gráfico 1, em cada uma das RMs. Na categoria de Dirigentes, conforme destacado, observa-se baixa participação nas três metrôpoles. Na RMF, a categoria não chegou, sequer, a 1% em nenhum dos anos observados. Em 2001, registrou-se 0,7% e, em 2008, 0,6%. Já a RMR apresenta distribuição da força de trabalho semelhante à RMF nessa categoria. Em 2001, a RMR registrou 0,7% e, em 2008, reduziu-se para 0,5%. O mesmo perfil foi observado na RMS, que também acusou percentual de 0,7% em 2001 e, em 2008, menor percentual ainda se comparado ao ano de 2001, como também o menor percentual entre as RMs naquele ano, 0,4%.

Para a categoria de Profissionais de Nível Superior, os dados mostram leves oscilações no percentual em todas as RMs. Além disso, baixos percentuais nas três metrôpoles nordestinas, o que evidencia pouca participação de capital humano com melhor instrução no mercado de trabalho. No caso da RMF, o percentual de ocupados foi de 5% em 2001, e de 4,9% em 2008. Apesar da elevação



é ainda baixo percentual, se nos lembrarmos que se trata de profissionais de mais alta qualificação. Na RMR, constatou-se percentual de 6% em 2001 e de 6,5% em 2008, o maior índice deste ano. A RMS obteve o menor percentual entre as três RMs no ano de 2001, 4,7%. Em 2008, elevou-se para 6,3%, superior ao observado na RMF e inferior ao constatado na RMR no mesmo ano.

A categoria de Pequenos Empregadores apresentou baixos percentuais nas regiões metropolitanas de maior destaque no Nordeste. De acordo com os dados, somente 2,6% na RMF, 2,2% na RMR e 2,7% na RMS. Se comparados os anos de 2001 e de 2008, somente a RMR apresentou leve aumento no percentual. A RMF reduziu seu índice para 2,4%, seguido da RMS que apresentou redução mais acentuada, caindo de 2,7% para 1,6% do primeiro para o segundo ano, respectivamente.

Os dados captados para aqueles que trabalhavam nas Ocupações Médias revelam elevados percentuais nas três RMs. A RMF registrou, em 2001, 21,4% de seu pessoal ocupado nessa categoria, resultado bom, mas ainda inferior aos observados tanto na RMR, 26,1%, quanto na RMS, 26,8%. Destaque-se, no entanto, que no ano de 2008 todas as três RMs registraram percentuais superiores aos observados no ano de 2001. A RMF atingiu 21,5%, a RMR, 27,2%, e a RMS, 27,2%. Tais índices, relativos a trabalhadores enquadrados nas ocupações médias são bastante significativos (ver descrição da categoria).

Na categoria de Trabalhadores do Terciário, os percentuais da espécie foram elevados nas três RMs. Em 2001 eles foram de 19,6% na RMF; 20,4% na RMR e 20,2% RMS. Em 2008, os percentuais atingiram as seguintes marcas 21% na RMF; 22,2% na RMR e 20,9% na RMS. Os Trabalhadores do Secundário tiveram percentuais próximos aos observados na categoria anterior, o que denota grande participação dos dois setores como geradores de empregos nas RMs em apreço. O percentual de ocupados na RMF foi elevado: 23,7% em 2001 e 25,3% em 2008. Dinâmica contrária se verificou na RMR, caindo de 18,5% em 2001 para 17,8% em 2008. A RMS, por sua vez, seguiu a tendência observada na RMR e reduzindo, embora levemente, o percentual de 23,4% em 2001 para 22,9% em 2008. Dessa forma, a RMF foi a atestar o maior percentual de ocupados na categoria de Trabalhadores do Secundário, nos anos considerados.

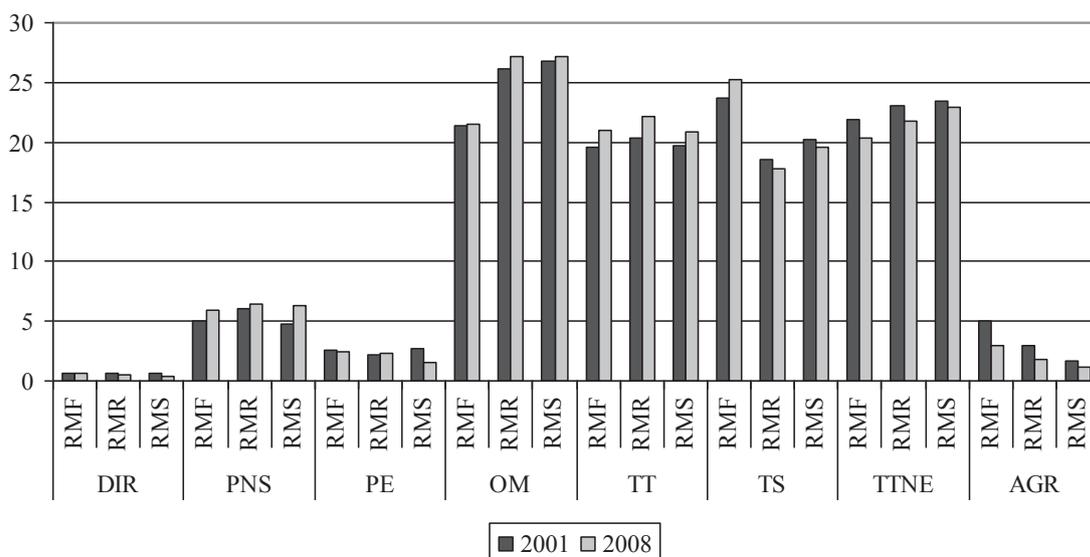


Figura 1 – Gráfico da População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a categoria e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A categoria de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, contou também elevada participação de trabalhadores em seus quadros. Tanto em 2001 quanto em 2008, os registros nas três RMs superaram o patamar de 20%. Cabe destacar, contudo, que, aqui, o maior percentual de ocupados foi constatado na RMS tanto em 2001 (23,4%), quanto em 2008, (22,9%). Acrescente-se, ainda, que houve redução percentual de ocupados na categoria citada nas três RMs (ver gráfico 1). A RMF

saiu de 21,9% em 2001 para 20,4% em 2008, resultado semelhante ao da RMR, que caiu de 23,1% no primeiro para 21,8% no segundo ano.

Na categoria de Agricultores, os percentuais se diferenciam em pouco entre as RMs, não obstante as dinâmicas semelhantes no emprego agrícola. Tanto a RM de Fortaleza quanto as de Recife e Salvador reduziram, sob esse aspecto os percentuais ao longo dos anos. Na primeira delas a queda foi de 5% em 2001 para 2,9% em 2008. Na segunda, de 3% para 1,8% e na terceira, de 1,7% e 1,2%, em 2001 e em 2008, respectivamente. Os dados parecem evidenciar o nível de urbanização de cada uma dessas RMs e a redução acentuada do emprego agrícola nos perímetros das capitais, em detrimento da elevação no percentual de ocupados em outras categorias, conforme já apresentado.

Com o objetivo de captar o perfil das pessoas ocupadas em cada uma das categorias sócio-ocupacionais já mencionadas, a Tabela 1 apresenta o percentual de ocupados segundo o sexo e o ano de referência. Aqui, os dados revelam forte concentração de ocupados do sexo masculino na categoria de Dirigentes nas três RMs nos anos observados. Essa estrutura sócio-ocupacional ratifica resultados de estudo já constatados que evidenciam forte concentração de ocupados do sexo masculino nas melhores profissões, ficando para o sexo feminino, em muitos casos, as ocupações mais precárias. De acordo com Hirata (2009), elas “ocupam uma minoria de empregos executivos [...] embora sejam, ao mesmo tempo, majoritariamente mais vulneráveis e menos legítimas do que os homens no espaço profissional” (HIRATA, 2009, p. 29).

Na observação dos dados segundo o ano de referência, constatou-se que, em 2001, a RMF registrou 76,2% de ocupados Dirigentes do sexo masculino contra 23,8% do sexo oposto. A RMR apresentou a menor disparidade entre as três RMs. Seu percentual ainda é, porém, elevado para o sexo masculino (62,8%), na comparação com o do sexo feminino (37,2%). E a RMS, por sua vez, demonstrou o maior percentual de ocupados do sexo masculino nessa categoria, 86,4%, contra 13,6% para o sexo feminino. Tais resultados ratificam a discussão acerca da discriminação por sexo no mercado de trabalho abordada na literatura nacional. Assim, mesmo com leve redução percentual ao longo dos anos, em 2008, a RMF reduziu para 71,1% os Dirigentes do sexo masculino e elevou para 28,9% os profissionais dessa categoria do sexo feminino. A pesar disso, ainda se denuncia um elevado hiato entre os sexos. Por sua vez, a RMR seguiu trajetória contrária à observada na RMF: o percentual de ocupados do sexo masculino elevou-se para 67,7% e, conseqüentemente, reduziu-se o do sexo feminino (32,3%). No caso da RMS, a redução da participação masculina foi a mais acentuada, ocupando os homens, em 2008 69,0% dos cargos de Dirigentes contra 31,0% ocupados pelas mulheres.

Já na categoria de Profissionais de Nível Superior, as mulheres são maioria em todos os anos registrados e nas três RMs. Há elevada concentração de mulheres ocupadas nesse segmento, embora na RMS, em 2001, 45,4% dos ocupados fosse do sexo masculino e 54,6% do sexo feminino. A principal diferença foi constatada na RMF cujo percentual de homens não chegou a 40%, enquanto mais de 60% eram do sexo feminino. A RMR apresentou equilíbrio e teve dados semelhantes ao observados na RMS, com 44,4% da mão-de-obra do sexo masculino e 55,6%, do sexo feminino. Vale destacar, que a RMF registrou em 2008 61,1% dos postos de trabalhos ocupados por mulheres e 38,9% ocupados por homens, com diferença acentuada entre uns e outros. Seguindo essa tendência, a RMR reduz a participação percentual de homens ocupados na categoria de Profissionais de Nível Superior e, em 2008, havia somente 37,4% deles. Os 62,6% restante eram mulheres. Esses resultados não se reproduziram na RMS, na qual, embora com leve aumento, os ocupados do sexo masculino ganharam participação percentual; mas, em 2008, os homens eram 46,3% contra 53,7% de mulheres.

No segmento Pequenos Empregadores, os homens constituem maioria absoluta nas três RMs em todos os anos investigados. Porém, cabe aqui destacar a diferença ocorrida no perfil das vagas ocupadas entre as RMs. Na RMF, a participação masculina reduziu-se acentuadamente caindo de 75% em 2001 para 59,2% em 2008; em contrapartida, aumentou a participação feminina: de 25%



no primeiro ano para 40,8% no segundo. Na RMR deu-se o contrário: aumentou a participação masculina, subindo de 59,5% em 2001 para 70% em 2008. A redução sofrida pelas mulheres constituiu numa queda de 40,5% para 30% entre 2001 e 2008. A RMS seguiu a tendência observada na RMF e registrou participação masculina de 71% em 2001 e 57% em 2008, com aumento da participação feminina de 29% para 43% nos anos em estudo. Os resultados convergem ao observado por Campos e Silveira Neto (2008), que evidenciam estímulo às mulheres dos grandes centros brasileiros no sentido de ingressarem no mercado de trabalho, embora ainda haja divergência de salários marcados pela discriminação sexual.

Nas Ocupações Médias, constataram-se participações equilibradas entre homens e mulheres. Na RMF, no entanto, a participação de ocupados do sexo masculino foi maioria nos anos considerados: a mesma tendência se verificou na RMR. Na RMS, os dados mostram maior equilíbrio dos homens eles foram maioria, embora tenham regredido de 55% em 2001 para 50,6% em 2008.

No segmento Trabalhadores do Terciário, os postos de trabalhos ocupados por pessoas do sexo feminino foram superiores a 50% em 2001 em todas as RMs, sendo mais acentuado na RMS, com porcentagem de 56,3%, e menos acentuado na RMF, com 51,9%. Lembremo-nos de que dos postos de trabalhos no Terciário, no ano de 2008, 51% na RMF, 55,1% na RMR e 57,1% na RMS eram ocupados por pessoas do sexo feminino, ou seja, a participação masculina nessa categoria ocupacional foi de 49%, 44,2%, e 42,9% nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Na categoria Trabalhadores do Secundário, verifica-se maioria absoluta de ocupados do sexo masculino em todos os anos e nas três RMs. Cabe destacar, portanto, que a RMF apresenta maior participação feminina na categoria do que nas demais RMs. Nessa RM, no ano de 2001, havia 69,2% dos ocupados do sexo masculino contra 30,8% do sexo feminino. Na RMR, o percentual de postos de trabalhos ocupados por trabalhadores do sexo masculino foi de 88,2% e somente 11,8% das vagas ocupadas por pessoas do sexo oposto, resultado semelhante ao observado na RMS, com 87,8% para a força de trabalho masculina contra 12,2% para a feminina. Em 2008, os resultados foram semelhantes ao constatado em 2001. A RMF registrou, no Secundário, 70% dos ocupados do sexo masculino e 30% do sexo feminino. A RMR apresentou leve redução e registrou 88% do sexo masculino contra 12% do sexo feminino, e a RMS elevou o percentual de ocupados do sexo masculino para 88,9% e, conseqüentemente, reduziu o do sexo feminino para 11,1%.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, as mulheres são maioria em todos os anos, entre 2001 e 2008, e, em todas as RMs aqui consideradas. Cabe destacar aqui que, nessa categoria, a RMS se destaca com os maiores percentuais de mulheres ocupadas em todos os anos analisados, período em que mais de 60% dos postos de trabalhos ocupados na categoria TTNE, em cada ano, eram de profissionais do sexo feminino. Na RMF, o percentual de mulheres ocupadas ficou acima de 52% e inferior a 60%, evidenciando maior equilíbrio, resultado também constatado na RMR. Assim, no ano de 2008, 53,5%, 53,5% e 64,1% dos postos de trabalho dessa categoria eram ocupados por mulheres nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Na agricultura, a maior participação percentual de pessoas ocupadas era do sexo masculino em todos os anos (2001 e 2008) e em todas as RMs. Em 2001, a maior participação de homens ocupados foi registrada na RMF, 73,1% contra 26,9% de mulheres. Na RMR, no mesmo ano, 69,7% dos ocupados eram do sexo masculino contra 30,3% do sexo oposto. A RMS registrou o menor percentual de homens quando comparada às outras RMs, pois, em 2001, empregava no setor 63,1% de homens e 36,9% de mulheres. Em 2008, na RMF, foi constatada menor participação percentual masculina ocupada na agricultura, com 63,9%, na comparação com 2001, quando totalizou 73,1%. No último ano, mostrou maior participação feminina ocupada na agricultura, um total de 36,1%. Na RMR, os percentuais foram de 80,7% para os homens e 19,3% para as mulheres, e na RMS registrou-se a maior aproximação, com 51,2% para os homens e 48,8% para as mulheres, no ano de 2008.



Tabela 1 - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e sexo segundo ano de referência (2001/2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Categorias Sócio-ocupacionais			
		2001		2008	
	RM	MAS	FEM	MAS	FEM
DIR	RMF	76,2	23,8	71,1	28,9
	RMR	62,8	37,2	67,7	32,3
	RMS	86,4	13,6	69,0	31,0
PNS	RMF	39,2	60,8	38,9	61,1
	RMR	44,4	55,6	37,4	62,6
	RMS	45,4	54,6	46,3	53,7
PE	RMF	75,0	25,0	59,2	40,8
	RMR	59,5	40,5	70,0	30,0
	RMS	71,0	29,0	57,0	43,0
OM	RMF	54,7	45,3	52,4	47,6
	RMR	57,7	42,3	55,0	45,0
	RMS	55,0	45,0	50,6	49,4
TT	RMF	48,1	51,9	49,0	51,0
	RMR	47,4	52,6	44,9	55,1
	RMS	43,7	56,3	42,9	57,1
TS	RMF	69,2	30,8	70,0	30,0
	RMR	88,2	11,8	88,0	12,0
	RMS	87,8	12,2	88,9	11,1
TTNE	RMF	42,7	57,3	46,5	53,5
	RMR	44,4	55,6	46,5	53,5
	RMS	38,0	62,0	35,9	64,1
AGR	RMF	73,1	26,9	63,9	36,1
	RMR	69,7	30,3	80,7	19,3
	RMS	63,1	36,9	51,2	48,8

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Quanto à avaliação feita segundo cor ou raça e categoria sócio-ocupacional, os dados revelam a forte concentração de pessoas que se declararam brancas nas melhores categorias, sobretudo nas primeiras – Dirigentes e Profissionais de Nível Superior – nas três RMs. Sobressai, ainda, uma variação percentual elevada ao longo dos anos e a redução da participação dos brancos nas melhores categorias. No entanto, também se reduziu a participação de pessoas que se declararam brancas enquadradas nas categorias sócio-ocupacionais de menor projeção social. Cabe destacar, contudo, que, em 2001, 65,9% dos Dirigentes declararam-se brancos na RMF e somente 34,1% declararam-se de cor não branca no mesmo ano. Na RMR, o percentual de brancos ocupados nessa categoria era significativamente elevado: 90,7% contra 9,3% de não brancos. Na RMS, constatou-se resultado inquietante quando se sabe que nessa RM há predominantemente pessoas de raça ou cor não branca. A pesar disso, 70,5% dos Dirigentes registraram-se como de cor ou raça branca. Nesse caso, o percentual de não brancos ocupados como Dirigentes na RMS foi inferior ao observado na RMF, que não tem as mesmas características demográficas.

Ao longo dos anos, perceberam-se oscilações significativas na caracterização demográfica dos ocupados Dirigentes, para fins desta análise, como a raça ou cor. Na RMF, foram registrados os menores percentuais de brancos reduzindo-se em 2008, para 56,8%, ficando os 43,2% dos postos de trabalho dessa categoria ocupados por não brancos no mesmo ano. Na RMR, no ano de 2008, somente 74,2% se declararam brancos, percentual significativamente inferior ao observado em



2001. Na RMS, em 2008, o percentual de brancos Dirigentes era de 58,6%, ligeiramente inferior ao observado na RMF, 41,4% dos postos de trabalhos eram, pois, ocupados por pessoas que se declararam à pesquisa como não brancas.

Quanto aos Profissionais de Nível Superior, os dados revelam maior participação dos ocupados de raça/cor branca nas RMs. Em 2001, a RMF apresentou a menor disparidade entre brancos e não brancos. Todavia, 64,6% de ocupados declararam-se brancos. Na RMR, o percentual foi de 70%, ligeiramente inferior ao constatado na RMS, que foi de 70,5%. Na RMF o índice cai para 55,1% e na RMR para 63,6%. Já na RMS, menor disparidade foi observada no ano de 2008, com 58,6% dos ocupados de cor branca contra 41,6% de não brancos.

Na categoria de Pequenos Empregadores, a RMF contou com o maior percentual de brancos ocupados no ano de 2001, entre as três RMs observadas: 64,6% de ocupados brancos contra 35,4% de não brancos. No mesmo ano, na RMR os percentuais de brancos eram 61,3% e de não branco 38,7%. Na RMS o maior percentual de não brancos: 59,9% de não brancos contra 40,1% de brancos. Na RMR, em 2008, foi constatada maior equidade entre a cor/raça dos ocupados nessa categoria. Os registros feitos 52,7% de brancos contra 47,3% de não brancos. Na RMS, no ano de 2008, os de cor branca declarada voltam a elevar a participação percentual: 42,1% deles contra 57,9% dos não brancos.

Tabela 2 - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e segundo a Cor ou Raça e o ano de referência (2001/2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Cor ou Raça			
		2001		2008	
	RM	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco
DIR	RMF	65,9	34,1	56,8	43,2
	RMR	90,7	9,3	74,2	25,8
	RMS	70,5	29,5	58,6	41,4
PNS	RMF	64,6	35,4	55,1	44,9
	RMR	70,0	30,0	63,6	36,4
	RMS	70,5	29,5	58,6	41,4
PE	RMF	64,6	35,4	55,1	44,9
	RMR	61,3	38,7	52,7	47,3
	RMS	40,1	59,9	42,1	57,9
OM	RMF	50,4	49,6	38,4	61,6
	RMR	48,2	51,8	45,1	54,9
	RMS	25,4	74,6	20,1	79,9
TT	RMF	43,0	57,0	35,7	64,3
	RMR	40,3	59,7	39,7	60,3
	RMS	14,1	85,9	14,4	85,6
TS	RMF	32,8	67,2	25,9	74,1
	RMR	30,3	69,7	30,6	69,4
	RMS	10,0	90,0	9,4	90,6
AGR	RMF	29,9	70,1	24,2	75,8
	RMR	27,4	72,6	32,2	67,8
	RMS	10,6	89,4	8,6	91,4
	RMF	27,0	73,0	25,0	75,0
	RMR	23,4	76,6	21,9	78,1
	RMS	4,9	95,1	11,6	88,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na categoria de Ocupações Médias, houve maior participação de não brancos. Apenas na RMF, no ano de 2001, os brancos foram maioria, com um percentual de 50,4%, ao passo que tanto na RMR (48,2%), quanto na RMS (25,4%), eles foram minoria. Nesse ano, o percentual de não brancos

ocupados foi de 49,6%, 51,8% e 74,6% nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente. No ano de 2008, reduziu-se a participação de brancos na categoria e os não brancos passam a ocupar 61,6% na RMF, 54,9% na RMR e 79,9% na RMS. Os resultados sugerem aumento da participação de não brancos nas categorias em que se concentram os postos de trabalho com os piores perfis no contexto metropolitano.

Da mesma forma, observa-se aumento da participação de não brancos na categoria de Trabalhadores do Terciário e, conseqüentemente, redução da participação de brancos. Em 2001, a RMF registra percentual de brancos ocupados de 43% contra 57% de não brancos. Na RMR, somente 40,3% dos ocupados eram brancos contra 59,7% de não brancos. Porém, na RMS foi registrada a menor participação percentual de não brancos no Terciário, com 14,1% contra participação de 85,9% de não brancos ocupados no mesmo ano. Em 2008, a participação de brancos na categoria em foco reduziu-se na RMF, quando comparada ao ano de 2001. Em 2008, 35,7% eram de brancos, e 64,3% de não brancos. Na RMR a dinâmica foi a mesma, contudo, menos acentuada: 60,3% dos ocupados eram não brancos contra 39,7% de brancos. A RMS, embora com aumento da participação de brancos, ainda registrou 85,6% de não brancos.

Na categoria Trabalhadores do Secundário, a dinâmica se apresentou semelhante à observada na categoria anteriormente descrita. Também nesta se registrou maioria absoluta de trabalhadores que se declararam não brancos à pesquisa em todos os anos observados e em todas as RMs. Chama atenção a maior participação de brancos no ano de 2001 na RMF, (32,8%), seguida pela RMR (30,3%). Na RMS o percentual, em 2001, foi significativamente inferior ao observado nas regiões de Fortaleza e Recife: só 10% de brancos no Secundário. Os restantes 90%, eram não brancos nessa RM, contrariamente aos 69,7% na RMR e 67,2% na RMF. A RMF reduziu ainda mais a participação dos brancos, (25,9%), elevando, dessa forma, a participação de não brancos para 74,1%. A RMR, por sua vez, aumenta levemente o percentual de brancos, obtendo 30,6%, e reduz, em consequência, a participação dos não brancos, (69,4%). Na RMS, que detinha a menor participação de brancos no secundário, acentua-se ainda mais essa diferença no ano de 2008, a saber: Nesse ano, somente 9,4% dos ocupados declararam-se brancos à pesquisa; os restantes 90,6% são de não brancos.

A categoria Trabalhadores do Terciário Não Especializado, por sua vez, apresentou grande concentração de ocupados não brancos ao longo dos anos e nas três RMs. Em 2001, a maior concentração de brancos ocupados nessa categoria estava na RMF (29,9%), e a menor participação estava na RMS (10,6%), ficando a RMR em posição intermediária (27,4%), percentual esse bem próximo ao observado na RMF. Nesse contexto, 70,1%, 72,6% e 89,4% foram os percentuais de não brancos ocupados na RMF, RMR e RMS, respectivamente. Contudo, a dinâmica mostrou-se diferenciada entre as RMs no último ano. Na RMF, para 75,8% a participação de não brancos, se comparada ao período de 2001 com o de 2008, assim como na RMS, onde os não brancos alcançaram um percentual de 91,4%. Por sua vez, na RMR a participação de não brancos é reduzida para 67,8%, em contrapartida ao aumento percentual dos brancos (32,2%). Nesse caso, na RMF, com 24,2%, e na RMS, com 8,6%, registraram-se os menores percentuais de brancos, com redução mais acentuada na região de Salvador.

Na agricultura também se observou a participação de brancos a qual se reduziu ao longo dos anos nas RMs de Fortaleza e Recife e aumentou na RMS. Em 2001, a participação de brancos ocupados na Agricultura na RMF era de 27%, o mais elevado índice entre as RMs, contra 73% de não brancos. Já na RMR, registraram-se os seguintes índices: 23,4% de brancos contra 76,6% de não brancos. Na RMS, no mesmo ano, somente 4,9% dos ocupados agrícolas eram brancos, com 95,1% de ocupados não brancos. Em 2008, reduziu-se a participação de brancos ocupados na agricultura na RMF, que obteve um percentual de 25,5%, e na RMR, com 21,9%, elevando-se na RMS, onde chega a 11,6%.

Quanto à idade média dos ocupados em cada uma das categorias ocupacionais, percebem-se variações comportadas ao longo dos anos. A categoria de Dirigentes se destacou no ano de 2001 com idade média acima de 44,9 anos na RMR, 45,7 na RMF e 46,5 na RMS, sendo essa a maior média



de anos de ocupados entre as oito categorias sócio-ocupacionais. Acrescente-se, portanto, desvio padrão significativo nas três RMs, o que evidencia disparidade entre a idade média dos ocupados. Em 2008, na RMF registrou-se a idade de 46 anos; na RMR, 48,8 anos; e, na RMS, 51,2 anos. Menor desvio padrão para a primeira e segunda RMs e desvio levemente superior para a última.

Tabela 3 - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a média de idade e o ano de referência (2001/2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Idade do morador (em anos)			
		2001		2008	
RM		M	DP	M	DP
DIR	RMF	45,7	11,2	46,0	10,9
	RMR	44,9	9,9	48,8	9,8
	RMS	46,5	10,0	51,2	12,0
PNS	RMF	37,8	11,0	38,9	11,5
	RMR	39,7	10,8	40,6	11,9
	RMS	40,2	11,0	39,9	12,3
PE	RMF	42,5	13,4	42,5	11,2
	RMR	40,7	10,9	44,7	12,0
	RMS	42,6	11,6	45,1	12,2
OM	RMF	34,7	11,5	35,4	12,3
	RMR	35,6	11,6	36,3	12,5
	RMS	34,4	10,9	35,7	11,8
TT	RMF	33,5	13,4	34,9	13,5
	RMR	33,8	12,8	35,9	13,0
	RMS	33,4	12,5	34,7	12,8
TS	RMF	34,9	12,2	36,3	12,8
	RMR	36,5	12,0	38,2	12,8
	RMS	35,5	12,8	37,0	12,6
AGR	RMF	33,7	12,9	36,3	12,9
	RMR	34,8	12,4	37,3	12,1
	RMS	33,0	11,7	36,0	11,9
	RMF	38,1	18,8	43,5	19,3
	RMR	39,2	17,0	35,9	14,7
	RMS	38,3	16,8	39,0	16,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Na categoria Profissionais de Nível Superior, a idade média dos ocupados foi acentuadamente inferior à observada para os Dirigentes. Em 2001, somente a RMS teve idade média levemente superior aos 40 anos, sendo a menor registrada (37,8 anos) na RMF. O menor desvio da média (10,8) foi constatado na RMR, embora bem próximo das demais RMs. Em 2008, a idade média constatada foi de 38,9 anos na RMF; 40,6 na RMR, média levemente superior à idade observada em 2001; e 39,9 na RMS, idade levemente inferior à observada no primeiro ano. Nas três RMs, constatou-se, ainda, desvio da média ligeiramente diferente do observado em 2001.

A idade média das pessoas que compunham a categoria de Pequenos Empregadores, foi de 40,7 anos na RMR, sendo essa a menor no ano de 2001, e a maior de 42,6 anos na RMS, média ligeiramente superior à observada na RMF, que foi de 42,5 anos. Foi também nessa região que se registrou o maior desvio em relação à média. Em 2008, o mesmo resultado de 2001 se repetiu na RMF; e a RMR aumentou a idade média dos ocupados para 44,7 anos, assim como na RMS, cuja média se elevou para 45,1 anos, em 2008. Destaquem-se, ainda, os resultados observados nas Ocupações Médias que mantiveram comportamento semelhante ao observado nas categorias

sócio-ocupacionais anteriores. Em 2001, o resultado oscilou entre 34 e 36 anos, em média, entre as RMs. No ano de 2008, a média foi de 35,4 anos para a RMF; 36,3 para a RMR; e 35,7 anos para a RMS, sendo o menor desvio de 11,8 e o maior de 12,5 em relação à média.

Para a categoria de Trabalhadores do Terciário, a idade média em 2001 ficou entre 33,4 anos na RMS e 33,8 na RMR. Porém, o maior desvio em relação à média foi observado na RMF, com 13,4 e média de 33,5. Em 2008, a idade média dos ocupados elevou-se, quando comparada à de 2001. A RMF registrou média de 34,9 anos; a RMR, 35,9; e, a RMS, 34,7 anos. Idades próximas à observada na Categoria de Trabalhadores do Secundário, que, em 2001, ficou entre 34,9 na RMF e 36,5 anos na RMR. Em 2008 registrou-se leve aumento em todas as RMs, que registraram médias de 36,3; 38,2; e 37 anos nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente.

Para os Trabalhadores do Terciário Não Especializado, a idade média ficou entre 33 e 34,8 anos em 2001. A RMS teve a menor idade média e a RMR apresentou a mais elevada. Em 2008, a posição no ranking permaneceu a mesma. Porém, cabe destacar o leve aumento na idade média dos ocupados. Nesse ano, a média da RMR foi de 37,3 e a da RMS 36 anos. A RMF, por sua vez, apresentou média de 36,3 anos, cabendo, contudo, destacar o desvio em relação à média mais elevada nas RMs de Fortaleza e Salvador, que foi de 12,9. Na Agricultura, a idade média foi um pouco mais elevada que a apresentada anteriormente. O que deve, porém, ser destacado nessa categoria sócio-ocupacional é o elevado desvio em relação à média. Em 2001, a RMF apresentou média de 38,1 anos, com desvio, porém, de 18,8. Da mesma forma, a RMR teve idade média de 39,2 anos e desvio de 17, sendo a menor idade média constatada na RMS, de 38,3 anos, como também o menor desvio, de 16,8. Em 2008 elevou-se a idade média dos ocupados na RMF e na RMS, na comparação com os dados de 2001, e se reduziu na RMR. Contudo, o desvio da média permaneceu elevado em todas as RMs (ver Tabela 3).

Quanto aos anos de escolaridade dos ocupados segundo categorias sócio-ocupacionais, os dados mostram que, em 2001, os Dirigentes tinham, em média, 12,5 anos na RMF, 13,8 na RMR e 13 na RMS. Destaquem-se desvios consideráveis nas médias naquele ano. No ano de 2008, a RMF foi a única a reduzir a média de anos, sendo que na RMR e na RMS houve elevação dessa média. Seguindo o exposto, é importante observar que na categoria de Profissionais de Nível Superior, em todas as RMs e em todos os anos, as médias de anos de estudo foram superiores a 14, com desvio padrão consideravelmente baixo.

Na categoria de Trabalhadores do Terciário, os dados revelam média acentuadamente baixa dos ocupados. Na RMS, em 2008, foi registrada média superior a 8 anos de estudo. assim como na RMF e na RMR. O desvio em relação à média, passou dos 3 pontos. No Secundário, a média de anos de estudo andou em torno de 5 anos em 2001, ultrapassando 7 anos nas RMs de Recife e Salvador, no ano de 2008, e atingindo o patamar de 6,8 anos na RMF no mesmo ano. Entretanto, o desvio padrão da média foi bastante nas três RMs, o que mostra disparidade significativa entre o ocupado de mais e o de menos anos de estudo.

Na categoria Trabalhadores do Terciário Não Especializado, a média de anos de estudos registrada nas três RMs foi significativamente baixa. Na RMF, a média foi de 4,6 anos, sendo a menor entre as três RMs, nesse ano, e a maior, de 5,6 anos, registrada na RMS. No ano de 2008, registrou-se leve aumento, na comparação com 2001. Contudo, a maior média foi observada na RMS (6,8 anos), e a menor na RMF (6,1). Nesse caso, deve-se ainda destacar o elevado desvio da média percebida nessas RMs, durante os anos observados, como também, destacar a baixa média nos anos de estudos da população ocupada na Agricultura, que registrou 2,2 anos em 2001 na RMF, e 3,2 anos em 2008. Na RMR ficou em 2,9 e 4,3 nos mesmos anos. A RMS registrou 3,4 anos em 2001 e 4,3 em 2008. Os desvios havidos em torno da média foram os maiores nos anos contemplados nesta investigação.

Quanto à renda média por categoria sócio-ocupacional, os dados apresentam a elevada concentração de rendimentos nas primeiras categorias. Cabe destacar, portanto, que são exatamente nessas



categorias que se concentram os menores percentuais de ocupados e, dessa forma, a concentração da renda do trabalho. Nessas categorias, os menores percentuais de ocupados e as mais elevadas notificações de rendimento médio foram observados nas três RMs. A categoria de Dirigentes, que chega a ter remuneração média três vezes superior à categoria de renda média mais próxima (PNS), demonstrou renda média elevada em todas as RMs. No ano de 2001, o menor rendimento médio dessa categoria concentrou-se na RMR, apresentando um valor de R\$ 8.987,54, e a maior média na RMS, com R\$ 9.649,30. Todavia, em 2008, o rendimento médio dos ocupados apresentou redução na RMF e na RMR. A RMS, por sua vez, eleva o rendimento médio e, nesse ano, registra R\$ 11.485,20.

Tabela 4 - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a média de escolaridade e o ano de referência (2001/2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Anos de Escolaridade			
		2001		2008	
RM		M	DP	M	DP
DIR	RMF	12,5	3,6	11,8	3,7
	RMR	13,8	1,7	13,7	2,2
	RMS	13,0	2,3	13,2	1,9
PNS	RMF	14,5	1,0	14,7	0,7
	RMR	14,7	0,8	14,7	0,7
	RMS	14,8	0,7	14,8	0,7
PE	RMF	9,6	4,2	9,8	3,7
	RMR	9,8	3,8	10,4	3,8
	RMS	10,2	3,1	10,1	3,8
OM	RMF	9,9	3,3	11,0	2,7
	RMR	10,4	3,3	11,0	2,8
	RMS	10,3	2,9	11,1	2,5
TT	RMF	6,9	3,7	8,2	3,7
	RMR	7,3	3,8	8,4	3,5
	RMS	7,5	3,5	8,6	3,4
TS	RMF	5,4	3,5	6,8	3,7
	RMR	5,9	3,5	7,1	3,6
	RMS	5,9	3,5	7,3	3,5
AGR	RMF	4,6	3,4	6,1	3,8
	RMR	5,0	3,5	6,2	3,7
	RMS	5,6	3,4	6,8	3,6
	RMF	2,2	2,7	3,2	3,6
	RMR	2,9	3,0	4,3	3,6
	RMS	3,4	3,2	4,3	3,5

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para a categoria de Profissionais de Nível Superior, os resultados tiveram trajetória semelhante à observada na categoria anterior. Tanto a RMF quanto a RMR reduziram a média de rendimentos dos ocupados, se comparados os dados de 2001 com os de 2008. A primeira apresentou rendimento médio de R\$ 3.088,35 naquele ano e o reduziu para R\$ 2.753,27 neste. A segunda passou de R\$ 3.065,30 para R\$ 2.884,21. A RMS apresentou resultado diferente dos observados nas outras RMs. Em 2001, registrou-se rendimento médio de R\$ 3.650,33 que em 2008, se elevou para R\$ 3.882,91. Sobressai o elevado desvio padrão da média em todas as categorias, quer de Dirigentes, quer de Profissionais de Nível Superior (Tabela 5).

Na categoria de Pequenos Empregadores, a remuneração média se reduziu de forma pronunciada somente para a RMF. As demais RMs mostraram elevação significativa, sobretudo a RMR, que saiu de uma média de R\$ 2.222,05 em 2001 para R\$ 4.312,27 em 2008. Trajetória diferente ocorreu

na categoria de Ocupações Médias: as três RMs apresentaram redução no seu rendimento médio, entre os anos de 2001 e 2008. Além disso, nessa categoria, a média se mostrava acentuadamente baixa nas áreas estudadas e com elevadas oscilações, principalmente na RMF.

Tabela 5 - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a renda média e o ano de referência (2001-2008) RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

		Renda Total (em R\$) <sup>1</sup>			
		2001		2008	
	RM	M	DP	M	DP
DIR	RMF	9.093,82	8.937,76	7.748,87	8.160,28
	RMR	8.987,54	6.519,00	8.683,21	5.788,26
	RMS	9.649,30	7.566,55	11.485,20	8.542,71
PNS	RMF	3.088,35	3.648,06	2.753,27	3.138,76
	RMR	3.065,85	3.269,78	2.884,54	3.197,18
	RMS	3.650,33	3.257,55	3.882,91	3.451,37
PE	RMF	3.188,69	3.826,16	2.425,76	2.347,07
	RMR	2.222,05	2.401,33	4.312,27	12.920,34
	RMS	3.160,16	3.720,00	4.285,66	7.059,63
OM	RMF	1.126,71	1.716,19	1.108,69	1.305,11
	RMR	1.230,20	1.622,16	1.112,16	1.281,76
	RMS	1.184,06	1.493,47	1.178,10	1.237,91
TT	RMF	610,72	923,84	625,8	666,94
	RMR	683,12	1.742,72	575,58	697,8
	RMS	667,18	2.175,24	616,03	606,46
TS	RMF	532,97	560,17	541,34	422,71
	RMR	633,07	642,62	641,14	606,16
	RMS	676,78	783,5	777,44	747,76
TTNE	RMF	339,84	263,8	423,47	358,28
	RMR	344,89	302,21	400,91	277,07
	RMS	348,39	336,86	427,55	371,63
AGR	RMF	309,9	462,34	340,16	331,75
	RMR	300,16	217,01	403,9	226,73
	RMS	366,03	405,91	297,35	199,48

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE Nota 1: Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

Para os ocupados no Terciário, a média apresentou leve aumento na RMF, contrariamente ao observado nas outras RMs. Merece destaque o baixo rendimento médio nessa categoria sócio-ocupacional que foi, em todos os anos, inferior ao SM (em R\$ de 2008). Na categoria de Trabalhadores do Secundário, o rendimento médio apresentou leve aumento na RMF e RMS, enquanto a RMR reduziu a média, se comparado o primeiro com o último ano desta análise. Nessa categoria também se registra rendimento médio muito baixo. Destarte, o que é ainda mais grave é que nessas duas categorias sócio-ocupacionais se concentram elevados percentuais de ocupados em todas as RMs (ver Figura 1).

Para a categoria de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, as três RMs apresentaram elevação na remuneração média dos ocupados. Porém o maior rendimento médio constatado em 2008 foi na RMS (R\$ 427,55). A menor média foi observada na RMR, (R\$ 400,91). Na categoria de Agricultores, enquanto a RMR e a RMF elevaram o rendimento médio, a RMS o reduziu, na comparação do ano de 2001 com o de 2008.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal incorporado nesse estudo foi observar o comportamento do ocupado no mercado de trabalho metropolitano nordestino. Considerou-se a construção das categorias sócio-ocupacionais para observação dos ocupados. Diante das variáveis consideradas (participação na categoria segundo: sexo, raça/cor, idade média, anos de estudo e rendimentos) observou-se relativa semelhança aos estudos citados nesse texto.

Os resultados empíricos propõem forte concentração de ocupados nas categorias do terciário, terciário não especializado, secundário e pequenos empregadores, em detrimento das melhores categorias, assim como maior participação de ocupados brancos nas melhores categorias sócio-ocupacionais, ficando aos não brancos as tradicionais ocupações. Além disso, mesmo com a redução do percentual dos brancos ocupados nas primeiras categorias (ver gráfico 1), a participação dos não brancos nelas é ainda muito inferior.

Quanto à idade do ocupado (média de anos), os resultados mostram maiores médias nas principais categorias sócio-ocupacionais (Dirigentes e Profissionais de Nível Superior). Mereceram destaque, as maiores médias de anos de estudos nessas categorias com baixos desvios em relação à média. Nas demais, além de baixos anos de estudos, em relação às primeiras, o desvio padrão foi bastante elevado, o que denota relativa discrepância entre os anos de estudos dos ocupados.

Em relação à remuneração média, os dados também revelam relativa discrepância entre as ocupações. Os ocupados na categoria de Dirigentes obtiveram a melhor remuneração média tanto em 2001 quanto em 2008 e com elevado gap entre essa e as demais. A concentração da remuneração ficou exatamente nas categorias em que absorvem os menores percentuais de ocupados. Além disso, nas demais categorias, a remuneração média foi assustadoramente baixa, embora tenham apresentado relativa melhora no ano de 2008.

Essas evidências, portanto, mostram a firme tendência do mercado de trabalho metropolitano do Nordeste em criar oportunidade de trabalho para as categorias de menor projeção em detrimento das demais. Os resultados observados corroboram achados para outros países da América latina citados nesse estudo.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Suave Fracasso – a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005. **Revista Novos Estudos**, novembro de 2005.
- DEDECCA, Claudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Navaro. Recuperação econômica e geração de empregos formais. **Revista Parcerias Estratégicas**, Número 22, Junho 2006.
- FUNKHOUSER, Edward. The urban informal-sector in Central America: Household survey evidence. **World Development**, v. 24, nº 11, p. 1.737-1.751, 1996.
- HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.
- KON, Anita. Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho. In: V Encontro Nacional de estudos do Trabalho. **Anais...** Rio de Janeiro, 1997.
- MARCOULLIER, Douglas; RUIZ de CASTILLA, Veronica; WOODRUFF, Christopher. Formal measures of the informal-sector wage gap in Mexico, El Salvador and Peru. **Economic development and cultural change**, v. 45, nº 2, p. 367-392, 1997.
- OZORIO de ALMEIDA, A. L.; ALVES, L. F.; GRAHAM, S. M. **Poverty deregulation and employment in the informal sector of Mexico**. World bank, education and social police department, 1995.
- RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. IPEA, **Texto para Discussão** nº 914, 2002

REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar; QUEIROZ, Silvana Nunes de; SILVA FILHO, Luís Abel da. Evolução Recente do Emprego Formal no Brasil – 200-2008. XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...** Caxambú – MG, setembro, 2010.

SILVA FILHO, L. A; SILVA, A. O. . F; SILVA, W. G; QUEIROZ, S. N; VALE, F. F. R. Dinâmica econômica, mercado de trabalho e emprego formal nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza vis-à-vis Salvador - 1997/2007. **Revista Desenbahia**, v.8, n. 14, mar. 2011. P. 7-30.

SILVA FILHO, Luís Abel; QUEIROZ, Silvana Nunes. Recuperação econômica e emprego formal: avaliação empírica para o Nordeste brasileiro – 2000/2008. In: **Anais da 4ª conferência brasileira sobre relações de emprego e trabalho** – IBRET – USP, setembro de 2010.

SILVA, Ricardo Azevedo. Papel dos serviços no desenvolvimento regional brasileiro após 1990. In: Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial (orgs.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. Fortaleza, 2009.

Trabalho enviado em junho de 2013

Trabalho aceito em agosto de 2013

